


Em Tese


A SOCIOLOGIA CATÓLICA DE FRANCISCA PEETERS NA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1930

Francisca Peeters' Catholic sociology in the constitution of the Brazilian educational field in the 1930s

Marcelo Pinheiro CIGALES

Doutor em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista capes
marcelo.cigales@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-4320-5941> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

Este artigo analisa o manual "Noções de Sociologia" de Francisca Peeters escrito na década de 1930. Trata-se de um manual destinado ao ensino da sociologia na escola normal, caracterizado pela concepção católica da sociologia. O estudo investiga o projeto civilizacional do manual, a partir de uma proposta de análise baseada na manualística escolar e na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu com vista a compreender as configurações do campo educacional brasileiro nesse período. Os resultados evidenciam a disputa entre intelectuais católicos e renovadores e os distintos projetos de ensino para a sociologia, visível no manual a partir da sua dinâmica explicativa de mundo, combativa das teorias sociais em voga, e, prescritiva de instituição da verdade baseada no cristianismo católico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Sociologia. Sociologia Católica. Manuais escolares. Francisca Peeters.

ABSTRACT

This article analyzes the textbook "Notions of Sociology" by Francisca Peeters, written in the 1930s. It is a textbook for the teaching of sociology in the Normal School, characterized by the Catholic conception of sociology. The study investigates the civilizational project of the textbook, based on a proposal based on Pierre Bourdieu' relational perspective and the textbook analysis in order to understand the educational settings in this period. The results show the dispute between Catholic intellectuals and renewers that generated different teaching projects for sociology, visible in the textbook, based on its explanatory dynamics of the world, combative of social theories in vogue, and prescriptive institution of truth based on Catholic Christianity.

KEYWORDS: Teaching of sociology. Catholic Sociology. Textbooks. Francisca Peeters.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o manual “Noções de Sociologia” da Madre Francisca Peeters, nome eclesiástico de Elizabeth Peeters, uma religiosa belga que se instalou no Brasil no início do século XX, na cidade de Jaboticabal em São Paulo, com o intuito de organizar a Escola Normal do Colégio Santo André. O manual foi publicado originalmente em 1935, chegando à sexta edição em 1964 (BORGES, 2014), neste estudo analisamos sua segunda edição, de 1938. Além de evidenciar o conteúdo do manual, propomos compreender qual seu contexto histórico de produção, relacionando-o com a constituição do campo educacional brasileiro.

O período da década de 1930 é emblemático para a história das Ciências Sociais no Brasil, visto a criação dos primeiros cursos superiores e a vinda de missões francesas e norte-americanas para a criação das universidades no Rio de Janeiro e São Paulo (MICELI, 1989; 1995). Além disso, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, bem como a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, colocou em destaque as disputas político-ideológicas entre intelectuais católicos e renovadores sobre os rumos da educação no país (CURY, 1978).

Francisca Peeters figura na história do ensino de sociologia como uma das primeiras mulheres a escrever um manual de sociologia conforme apontam os trabalhos de Meucci (2000), Campos (2004) e Cigales (2014). Em uma pesquisa mais recente Meucci (2017) analisa o manual de sociologia de Francisca Peeters, com especial atenção ao seu projeto educacional, o qual denomina de “catecismo sociológico” (MEUCCI, 2017, p. 27). Além de fazer uma síntese do conteúdo, Meucci descreve o sentido dessa sociologia, tendo em vista o desafio do catolicismo naquele momento. Assim, sua análise recai sobre o papel de Francisca Peeters para a sistematização dos conhecimentos sociológicos no país. O diferencial de nossa pesquisa é que utilizamos outra metodologia e referencial teórico, o que possibilita compreender a localização deste manual no interior do campo educacional brasileiro na década de 1930 (DAROS, 2016), bem como a que projeto de sociedade ele se propõe e contrapõe.

Para isso utilizamos o conceito de campo de Bourdieu, entendendo-o como um espaço social relativamente autônomo, constituído por determinados agentes sociais (indivíduos e instituições) que possuem diferentes posições, dependendo da quantidade de capitais que possuem dentro desse espaço para preservação e manutenção do seu

poder. Os capitais são tanto recursos econômicos e culturais quanto sociais e simbólicos, pois legitimam seus portadores como agentes dominantes no interior desses espaços sociais, que funcionam a partir de determinadas regras, sanções e premiações (BOURDIEU & WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 1996; 2004).

Nesse sentido, para pensarmos a constituição do campo educacional no Brasil é preciso conhecer seus principais agentes, assim como os capitais que estavam em jogo na sua sistematização. Por mais que, quantitativamente, estejamos nos referindo a um único manual, pensamos que analisar a posição de Francisca Peeters e de seu manual no campo educacional é essencial para entendermos o projeto mais amplo de sociedade que os intelectuais católicos visavam para o país nas primeiras décadas do século XX, evidenciando suas principais preocupações e sentidos atribuído ao ensino da sociologia naquele momento.

Nossa hipótese é de que o manual “Noções de Sociologia” fez parte de um conjunto de ações orquestrada pela Igreja e seus agentes no campo político e educacional. Dentre esses agentes, podemos destacar o Centro Dom Vital¹, a Revista A Ordem²; e seus intelectuais, com ênfase em Alceu Amoroso Lima³ e Leonel Franca⁴,

¹ Centro Dom Vital é uma instituição católica fundada em 1922 no Rio de Janeiro, por Jackson de Figueiredo. O Centro tinha por objetivo reunir a intelectualidade católica com o intuito de pensar as demandas da Santa Sé no Brasil. Com a morte do seu fundador, tomará posse Amoroso Lima, que redireciona o debate predominantemente doutrinário-político-religioso para o campo cultural (SKALINSKI JUNIOR, 2015).

² A revista A Ordem, conforme Arduini (2014, p. 63) “[...] foi criada em 1921, por Jackson de Figueiredo e foi publicada mensalmente. Trazia em suas primeiras páginas editoriais voltadas a algum aspecto programático que a revista esperava incutir em seus leitores. Nesta categoria podiam estar incluídos artigos sobre o dever de formação doutrinária, ou sobre a melhor atitude a tomar diante da situação política do país, por exemplo. [...] Sociólogos pouco conhecidos fora o ambiente clerical do período, tais como Henri de Tourville ou Giuseppe Toniolo, são evocados como modelos teóricos de produção científica. Em contraponto, a revista passa ao largo de discussões culturais importantes no período, mantendo-se silenciada no momento de lançamento de livros clássicos como Raízes do Brasil, ou Formação Econômica do Brasil contemporâneo.”

³ Alceu Amoroso Lima (1893 -1983), estudou no Colégio Pedro II e formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913. Esteve na França realizando vários estudos em Sorbonne e no College de France. Crítico de “O Jornal” em 1919, onde adotou o pseudônimo Tristão de Athaíde. Foi reitor da UDF, antes da sua extinção em 1937, atuou como catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia. Foi um dos fundadores da PUC do Rio de Janeiro e diretor de assuntos culturais da Organização dos Estados Americanos. Ministrou cursos sobre civilização brasileira em universidades estrangeiras, inclusive na Sorbonne e nos Estados Unidos. Publicou 82 livros, dentre eles: Preparação à Sociologia (1931), Mitos de Nosso Tempo (1943) e O Existencialismo (1951) Debates Pedagógicos (1931), Idade, Sexo e Tempo (1938) e Revolução, Reação ou Reforma (1964) (ENGERROFF, CIGALES, 2016).

⁴ Padre Leonel Franca (1893-1948), fundou e foi reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, criada em 1947. Alceu Amoroso Lima conheceu Leonel Franca por intermédio de Jackson de Figueiredo. “Leonel Franca recém-voltara de Roma, onde defendeu, na Universidade Pontifícia Gregoriana, uma tese sobre os fundamentos científicos da fé. O padre Franca fazia parte de um novo tipo de catequista, com formação para atingir jovens cultos, naquilo que dizia respeito a suas dúvidas existenciais e religiosas, por meio de respostas inteligentes, estruturadas e ligadas às questões emergentes do mundo de então.” (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 57). Franca terá assim, como Figueiredo, influência na conversão de Alceu, sendo a partir de 1928 seu confessor e diretor espiritual.

assim como outros representantes, do qual fazem parte Francisca Peeters e Amaral Fontoura⁵, intelectuais polivalentes, pois estiveram envolvidos com o ensino da disciplina, a escrita de livros e manuais, assim como de outras funções pedagógicas, como editores e técnicos de educação. Cabe destacar que a Igreja Católica já vinha investindo grande quantidade de recursos para a criação de Dioceses e escolas nas primeiras décadas do século XX (MICELI, 2009), reforçando sua missão de ser a principal instituição religiosa no país. Portanto, caberia aos intelectuais católicos a luta contra as diversas correntes teóricas, que colocavam em xeque o poder da Igreja junto ao campo político e educacional. Assim, temos como hipótese que o manual de Francisca Peeters seria mais que um instrumento pedagógico para o ensino da Sociologia, mas também um capital simbólico capaz de legitimar o discurso social da Igreja sobre os rumos que a sociedade deveria tomar para alcançar o progresso social.

A metodologia do trabalho está embasada na manualística escolar, campo de estudos que vem crescendo na última década, por reconhecer os manuais escolares como fontes documentais, capazes de lançar uma série de questionamentos e hipóteses para o estudo da história da educação em nível nacional e internacional. A escolarização do mundo ocidental, a partir do século XIX, ganhou diversos sentidos e angariou diferentes agentes nesse processo, envolvendo desde as gráficas e editoras, até os professores que, em muitas situações, eram os principais escritores dos manuais escolares (OSSENBACH, 2000; ESCOLANO, 2006; CIGALES & MAHAMUD, 2018).

Através da manualística escolar buscamos compreender as diferentes facetas desse objeto, do qual destacamos três condições:

[...] os manuais escolares: (a) respondem à exigências externas (macro), pois são produtos e produtores de discursos e representações do mundo social, disputadas por agentes dispostos nos campos sociais, com destaque neste estudo para o campo educacional; (b) possuem uma lógica interna (micro), ou seja, fazem parte da cultura escolar e neste sentido, possuem uma lógica de produção inerente aos sistemas de ensino, sua intenção primária é pedagógica, mas também comportam poderes simbólicos ligados a intenções dos agentes sociais que os produzem; e (c) exigem para sua análise uma pluralidade de métodos (CIGALES, 2019, p. 41).

Embasado nesta proposta de análise, na próxima seção discutimos o contexto de produção do manual relacionando-o com o cenário histórico de inserção do ensino de sociologia no Brasil, a fim de compreender a constituição do campo educacional e,

⁵ Afro do Amaral Fontoura (1912-1987) formou-se em magistério e foi professor nos cursos normais do Rio de Janeiro, sendo aprovado em concurso público como técnico em educação, em 1940, período em que publicou o seu manual de sociologia, mais conhecido “Programa de Sociologia”, sendo que escreveu mais dois manuais “Sociologia educacional” e “Introdução à Sociologia”, conforme Cigales e Engeroff (2018) é um dos autores católicos mais conhecidos no campo educacional brasileiro.

consequente, da disputa entre intelectuais católicos e renovadores. Na sequência apresentamos o conteúdo propriamente dito, explicitando a lógica interna, onde são destacadas as principais preocupações, o projeto de sociedade e o sentido atribuído ao ensino da sociologia. Por fim, cabe destacar que a metodologia de análise foi baseada na leitura e resenha do manual, além do estudo bibliográfico do período histórico de produção dessa obra. Também foram consultadas algumas bibliotecas e acervos físicos⁶ e digitais com o intuito de encontrar informações mais detalhadas da autora e de sua atuação enquanto professora de sociologia.

2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA E OS DIFERENTES PROJETOS CIVILIZACIONAIS PARA O BRASIL

O ensino de sociologia no Brasil é caracterizado pela dinâmica das reformas e decretos educacionais, que dentro de uma conjuntura político-governamental mais ampla, em alguns momentos inseriu nos currículos dos diferentes níveis educativos e, em outros, retirou sua obrigatoriedade, levando em conta a centralização e descentralização do pacto federativo, que complexifica ainda mais essa análise. Por ora, podemos caracterizar a presença da sociologia no ensino secundário, normal e superior, levando em conta que a disciplina assumiu determinados sentidos em cada um desses percursos formativos, obtendo menor ou maior grau de autonomia em cada um deles, sendo a mais forte no ensino superior, do qual destacam-se os primeiros cursos criados nos anos de 1930 na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo (MICELI, 1989; 1995).

No ensino secundário, a sociologia surge no currículo de alguns estados logo após a Proclamação da República em 1889, constando ao lado de outras nomenclaturas como Economia Política e Direito Pátrio, que reunidas compuseram o currículo de instituições como o Ginásio Amazonense e o Atheneu Sergipense na última década do século XIX (ALVES, 2005; BODART, CIGALES, 2019). No entanto, a sociologia ganha legitimidade e autonomia enquanto disciplina a partir da Reforma de Luiz-Alves Rocha Vaz em 1925, compondo o segundo ciclo do secundário, destinado aos concluintes do curso de

⁶ Podemos citar a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e o Espaço Anísio Teixeira, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também foi contatado o Centro de Documentação, Memória e Educação Madre Francisca Peeters, do Colégio Santo André em Jaboicabal. Tais acervos foram consultados entre os meses de setembro e outubro de 2018.

bacharelado em Ciências e Artes. Mais tarde, em 1931 é impulsionada com a reforma de Francisco Campos, passando a compor os demais currículos de formação científica. Apesar de não constar como disciplina obrigatória na reforma instituída por Gustavo Capanema em 1942, a sociologia nesse nível de ensino movimentou os grupos editoriais e os autores de manuais, impulsionados pelos momentos de sua institucionalidade. Os intelectuais ligados à universidade não se abstiveram da discussão, tendo sido produzido diversos trabalhos discutindo a pertinência ou não da sociologia no currículo da escola secundária, sendo que os mais conhecidos são os textos de Florestan Fernandes, publicado no primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954 e a tese de Costa Pinto, publicada anos antes, em 1947 (COSTA PINTO, 1947; FERNANDES, 1980 [1954];).

O percurso ainda pouco analisado é o da sociologia na escola normal, o qual começa a surgir com as reformas estaduais, dirigidas por intelectuais concatenados com os discursos de modernização, idealizados a partir de uma moral laica, republicana, democrática e de um país economicamente industrializado e urbano. Tais reformas incluem a sociologia nas escolas normais de São Paulo e Pernambuco, onde autores mais tarde consagrados pelas Ciências Sociais são responsáveis por ministrar a disciplina para a formação de professores. Assim, Fernando de Azevedo, torna-se professor de sociologia da Escola Normal Caetano de Campos, e Gilberto Freyre, professor de sociologia na Escola Normal de Pernambuco. A mobilização do capital cultural e social visível por meio da biografia desses autores representou uma determinada renovação educacional que tais reformas queriam imprimir no currículo desses estados (CIGALES, ENGERROFF, 2018).

Portanto, a partir dos anos de 1920, a Sociologia ganha certo reconhecimento nesses currículos, por ser considerada um conhecimento especializado sobre o mundo social. Talvez uma das justificativas mais recorrentes para justificar seu ensino fosse a necessidade de inculcar nos professores formas de ler a realidade social e educacional das instituições escolares nas quais fossem trabalhar, além de serem capazes de adquirirem uma aptidão científica sobre os fenômenos educacionais, capacitando-os como agentes de transformação de uma sociedade, vista como atrasada econômica, cultural e intelectualmente. Nesse sentido, a sociologia estará presente na escola normal, a partir do conjunto de Reformas Orgânicas de Ensino, na gestão de Gustavo Capanema, assumindo duas nomenclaturas, a primeira como Sociologia Geral, de caráter optativo e a segunda como Sociologia Educacional de caráter obrigatório.

Na década de 1930, a Igreja Católica possui destaque no ensino secundário e na escola normal, visto que grande parte dessas instituições formativas estavam sob seu poder. Além disso, os impasses entre os intelectuais renovadores e católicos vinham se agravando cada vez mais com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 e a saída dos católicos da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada na década anterior. O distanciamento dos católicos da ABE ocorreu após o convite de Getúlio Vargas para que a ABE viesse a contribuir para o debate sobre as diretrizes educacionais da Carta Constitucional, que seria aprovada em 1934.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova apresentava a demanda por uma educação baseada na ciência, nas artes, atendida com os discursos sociológicos e educacionais de Durkheim e Dewey. Os princípios de uma educação laica, gratuita, pública e a coeducação representava a bandeira principal no interior desses intelectuais. Para os católicos, a modernização não poderia pôr em confronto os princípios apregoados pela Igreja Católica, pois caso contrário seria perniciosa e viria a desagregar os laços sagrados da família, do casamento, da propriedade privada e, portanto, representaria a decomposição dos valores nacionais e da própria tradição do povo brasileiro (XAVIER, 1999, p. 42).

Assim, os católicos organizados a partir do Centro Dom Vital e da Revista “A Ordem” contavam com agentes de destaque como Alceu Amoroso Lima e o Padre Leonel Franca, que promoviam ataques em jornais, boletins e encontros regionais contra as premissas educacionais dos renovadores. Também buscaram se fortalecer no plano institucional, criando e fomentando Ligas Juvenis e associações de professores católicos, com destaque para a Confederação Católica Brasileira de Educação, que promovia cursos e congressos para formular uma política educacional com base na doutrina cristã (SALEM, 1982, p. 118). Em 1932 também é criado o Instituto Católico de Estudos Superiores, tendo Alceu Amoroso Lima com idealizador e fundador, que mais tarde será importante para a concretização da primeira universidade católica, criada no Rio de Janeiro.

O ataque ao grupo dos renovadores não ocorreu apenas nos jornais, mas também no campo educacional com o fechamento da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por Anísio Teixeira, e fechada dois anos depois em 1937. Esses embates demonstram que a elaboração das diretrizes educacionais foram marcadas por lutas intelectuais que representavam diferentes projetos civilizacionais. De um lado, a educação não poderia estar desvinculada da moral cristã, isto acrescido da liberdade de ensino, no

que se refere a não-gratuidade e também da liberdade da iniciativa privada, ainda que esta, para os católicos, representasse apenas aquela que tivesse como cunho ideológico o cristianismo católico; por outro lado, a educação liberal representava um ideal de sociedade regida pela liberdade de ensino, por uma moral laica e republicana, em que a escola fosse moderna em seus métodos de ensino, dando centralidade para o aluno capacitando-os para o convívio no interior de uma sociedade em crescente industrialização e marcada por um regime político democrático.

Tais projetos civilizacionais mobilizaram os agentes escolares a pensarem o ensino da sociologia sob diferentes perspectivas. Os intelectuais, desvinculados do poder da Igreja, possuíam maior liberdade para formular uma sociologia com base nas correntes teórico-filosóficas que circulavam no Brasil, a partir dos círculos letrados, geralmente circunscritos ao redor da elite econômica e cultural. Tais intelectuais pensavam e dialogavam com a literatura sociológica a partir dos princípios do positivismo de Augusto Comte; do evolucionismo social de Spencer; e também a partir das concepções de solidariedade orgânica, funcionalista e de uma moral laica com Durkheim; assim como de uma sociedade sem classes sociais, sob a perspectiva de Marx. Nesse sentido, esses agentes estavam interessados em dialogar com tais teorias, para pensar a construção e a modernização de um Estado apto ao convívio social sem necessariamente se prender às estruturas de poderes oligárquico e religioso.

Por outro lado, os católicos, como grupo intelectual atrelado a uma instituição transnacional, lutavam para conquistar no Brasil, os direitos perdidos a partir da separação da Igreja com o Estado. Acrescido disso, há o surgimento dessas concepções teórico-filosóficas que atormentavam o poder, antes normatizado e centralizado pelo discurso da Igreja Católica. Portanto, o século XIX, além de produzir fortes mudanças econômicas e políticas no mundo ocidental, também gerou distintas visões e explicações sobre o funcionamento do mundo social. Assim, o ensino de sociologia para os intelectuais católicos era uma missão de combate e conquista, na medida em que buscava-se criticar as explicações e os projetos de sociedade fora da concepção do catolicismo, além de reafirmar a ordem social por meio do Evangelho de Cristo.

Nessa perspectiva, Tania Salem (1982) afirma que:

A Igreja é tida como a cristalização da estabilidade e da ordem na Idade Média, simbolizava o ideal a ser restaurado. A harmonia então vigente havia sido sucessivamente perturbada, a partir do século XVI, com a reforma luterana, promotora do cisma espiritual no Ocidente, com Descartes que, ao conceder supremacia à dúvida e à razão, minara o saber único e cristalizado e com a



Revolução Francesa que, com seus ideais de liberdade e igualdade, acabou por estimular a licenciosidade e a desordem. Esses movimentos são apontados como as origens da crescente laicização da sociedade e do Estado, fator explicativo para todas as crises modernas. Segundo essa perspectiva, o Estado liberal - personificando o liberalismo e o individualismo hipertrofiados contra a ordem - teria como epílogo inevitável a implantação do Estado Comunista (SALEM, 1982, p. 105).

Nesse contexto coube aos intelectuais católicos a tarefa de reconstituir o poder da Igreja no campo educacional brasileiro, afirmando o *status* do catolicismo como única e verdadeira instituição, capaz de guiar a sociedade para a saída da crise, dos problemas que se apresentavam no âmbito doméstico, político, cultural e social. Na próxima seção analisamos como Francisca Peeters, no seu manual "Noções de Sociologia" se envolve nesse projeto católico de disputa pelo monopólio do discurso legítimo sobre o mundo social e como seu manual se configura em relação à defesa dos interesses católicos no campo educacional brasileiro.

3 POR DENTRO DO MANUAL: UMA ANÁLISE DE SEU CONTEÚDO

Antes de abordar o conteúdo do manual, cabe destacar alguns dados biográficos da autora. Elizabeth Peeters nasceu em Tornay na Bélgica, em 21 de outubro de 1876 e faleceu em 23 de dezembro de 1973, em Jaboticabal. Advinda de uma família católica tradicional, estudou em sua cidade natal no Colégio Santo André mais tarde ingressou no curso superior em Louvain. Iniciou sua formação religiosa aos 19 anos de idade, na Congregação das Irmãs de Santo André, onde estudava matemática e latim e foi nesse momento que recebeu o nome religioso de Francisca Peeters, consagrada em 13 de dezembro de 1897. Chegou ao Brasil em 11 de fevereiro de 1914, quando tinha 39 anos, direcionando-se para Jaboticabal, onde logo se encarregou de organizar o Colégio de Santo André, criando ali a Escola Normal anexa. Seu livro "Noções de Sociologia" foi editado pela Melhoramentos, chegando à sexta edição, em 1964. Em colaboração com a Madre Maria Augusta de Cooman, escreveu "Educação - história da Pedagogia", também pela editora Melhoramentos. Além de sociologia, também lecionou aulas de latim, filosofia, matemática e física. Em 1956 se afastou do ensino para se dedicar à leitura e à conversa com jovens sacerdotes, sendo que em 1962 sofreu uma cirurgia que a afastou da vida em comum, indo a falecer onze anos depois, em 23 de dezembro de 1973 (BORGES, 2014).

O manual analisado neste estudo foi publicado em 1938 e trata-se da segunda

edição, que contém 332 páginas, publicado pela Editora Melhoramentos de São Paulo. Além de apresentar seis partes: a) as noções gerais da sociologia; b) a sociedade doméstica; c) a sociologia econômica; d) a sociologia política; e) a religião, a ciência e a arte do ponto de vista sociológico; e, f) a sociologia educacional, também traz uma apresentação de Aurélio Arrobas Martins, fundador e diretor do Ginásio São Luís de Jaboticabal. O prefácio da primeira e segunda edição, de autoria de Peeters, faz menção às principais fontes e teóricos utilizadas. Há, por fim, um apêndice que aborda alguns problemas brasileiros de sociologia, tais como: étnico, rural, da unidade nacional e da questão social.

Com o objetivo de sintetizar e aprofundar a análise do conteúdo do manual, propomos analisá-lo sob quatro perspectivas, inspirada no trabalho de Nisbet (1969), que evidenciou as "ideias-elementos" ao estudar a história do pensamento sociológico entre os anos de 1830 e 1900. Para Nisbet, quatro figuras se destacaram na sistematização da sociologia moderna: Tonnies, Weber, Durkheim e Simmel. A partir do estudo do pensamento desses autores, Nisbet (1969, p. 16) destaca os critérios de elegibilidade das ideias-elementos: "[...] a) generalidade; b) continuidade; c) distintivas, e d) ideias em todo o sentido da palavra". Em sua obra o autor destaca as ideias-elementos de comunidade, autoridade, status, o sagrado e alienação, encontradas a partir da leitura dos clássicos da sociologia.

Para nosso estudo elegemos quatro categorias que apresentaram continuidade nos manuais de sociologia católica: a) definição da sociologia; b) teóricos e representantes sociais; c) principais preocupações; e, d) prescrições sociais. Pensamos que tais categorias são úteis para compreender como o manual se estrutura, evidenciando seus principais objetivos e questionamentos. Junto a isso, outros aspectos vêm sendo estudados por meio do conteúdo interno do manual, como por exemplo, a rede de relações sociais a partir dos prefácios e dedicatórias dos autores (CIGALES, ENGERROFF, 2018).

É de destacar que os manuais da sociologia católica possuem uma dinâmica de produção que se desenvolve em três eixos: análise e apresentação dos problemas sociais, geralmente desenvolvendo um esboço sobre as teorias que se dedicam a explicar a questão, tais como: positivismo, evolucionismo e funcionalismo; crítica a essas teorias, e por fim, apresentação da resolução para os problemas sociais. Esse movimento de apresentação, crítica e prescrição é adotado por Francisca Peeters na escrita do seu manual e será detalhado a partir da análise a seguir.

a) Definição de sociologia:

Em sua maioria, os manuais de sociologia escritos no século XX trazem uma parte específica sobre a história e a formação da ciência sociológica. Não é diferente para o manual de Peeters, embora a autora relativize os principais marcos que concebem a Augusto Comte e a Émile Durkheim, papéis fundamentais na sua criação e institucionalização. A autora remonta à Antiguidade, trazendo Platão e Aristóteles como idealistas de uma sociedade comunista e republicana, citando vários intelectuais como: São Tomás de Aquino, Hobbes, Rousseau, Turgot e Condorcet, para então abordar o que considera como os criadores da palavra sociologia: Comte e Le Play. Se os primeiros "estabelecem teses e estudam a sociedade à luz dessas teorias preestabelecidas" (1938, p. 10), os últimos reivindicavam para a sociologia repleta autonomia, a sociologia seria então "a ciência das leis que presidem à vida das sociedades humanas, à sua formação, ao seu desenvolvimento e ao seu declínio. Essas leis derivam-se mormente da observação dos fenômenos sociais ou fatos sociais, análoga à que se usa nas ciências físicas" (1938, p. 10).

A história da sociologia é contada a partir de uma perspectiva da história intelectual, caracterizando uma divisão entre autores católicos, como São Tomás de Aquino - o qual é apresentado na capa do livro segurando um livro aberto -, Santo Agostinho, Le Play e Tristão de Athayde, daqueles não católicos, tais como: Comte, Durkheim, Spencer e todos os demais representantes os quais a autora denomina como "pertencentes a corrente materialista". Essa divisão fica mais evidente quando Francisca Peeters aborda as duas correntes do pensamento sociológico contemporânea: os sociologistas e a escola social-católica.

O chefe da primeira escola foi Émile Durkheim (1858-1917). Resumiremos cabalmente à sua tese, dizendo que ele "deifica a Sociedade, e dissolve o homem, como individualidade à parte no processo social" (Tristão de Athayde "Preparação à Sociologia"). O homem para a escola de Durkheim, só é alguma coisa pelo que conhece de animal e de social. A única existência real é a da sociedade. Esta corrente que hoje domina sobretudo nos Estados Unidos e no ensino oficial francês, tem como representantes alguns discípulos de Durkheim: Lévy-Bruhl, Bayet, Fauconnet, René Hubert, para citar somente os que gozam de um certo renome. A segunda corrente, a da escola social católica, orientada pelas luminosas e insuperáveis Encíclicas "Rerum Novarum" de Leão XIII e "Quadragesimo Anno" de Pio XI, teve como precursores: Frédéric Le Play (1806-1882), contemporâneo de Augusto Comte. Le Play era católico fervoroso. Seu contato de Vicentino com a classe proletária o tornou conhecedor dos sofrimentos dos operários e das causas mais importantes da sua fraqueza e dos seus vícios.

Em numerosas monografias em que consignou os resultados das suas observações, pintou o quadro muitas vezes sombrio, da vida da classe humilde, e apontou como fonte da felicidade do homem não somente a riqueza e a força do governo, mas sobretudo o reerguimento da vida moral. Le Play faz da religião, da família, da propriedade e do patronato a base verdadeira do regime social. Multiplicou os centros de operários católicos. A revista "reforma social" foi também fundada e dirigida por Frédéric Le Play. Entre os seus discípulos mais ilustres, convém colocar La Tour du Pin, o Abade de Tourville, o Conde Albert de Mun, e o industrial Léon Harmel, cujas realizações em prol dos operários na sua usina do "Val des Bois" contam entre as mais originais e melhores que existem. A Escola do Catolicismo Social continua eficazmente a obra de Le Play. Todos os anos de realizam Semanas Sociais em que são estudados os problemas mais interessantes do momento, e a situação cada vez mais angustiosa da sociedade hodierna, assim como os remédios a aplicar aos males gerais. No Brasil, as duas correntes têm os seus representantes. O ensino oficial segue à de Durkheim. O "líder" católico, Tristão de Athayde, que foi Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, orienta resolutamente a juventude para a Ação Católica, cujo fim é no mundo a única orientação que o pode salvar: a restauração do espírito cristão na sociedade, por meio da ação direta sobre o próprio meio, sob a direção da hierarquia eclesiástica (PEETERS, 1938, p. 19-20).

Essa longa citação é importante para compreendermos o cenário de divisão entre as duas perspectivas sociológicas no país. Por um lado, conforme a autora, os programas oficiais seguem a corrente de Durkheim, a qual o principal representante é Fernando de Azevedo. Por outro, as instituições privadas possuem seus próprios representantes católicos, professores e autores de manuais escolares voltados aos interesses da Igreja. Essa disputa no campo educacional pode ter se configurado de maneira a minar a sociologia na escola secundária, bastando atentarmos para os discursos pronunciados no Primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954, no qual Fernando de Azevedo é contrário à inserção da disciplina nesse nível de ensino, por entender que ela ainda não se desenvolveu suficientemente, ou seja, ainda estava impregnada por concepções equivocadas (AZEVEDO, 2003 [1954])⁷.

Também é possível compreender que a Igreja e seus intelectuais pedagógicos estavam cientes dessas disputas e, conseqüentemente, buscaram se fortalecer na divulgação dessa concepção de sociologia, tanto com manuais escolares, quanto com livros destinados a apresentar a sociologia católica para um público leitor leigo. As disputas pela legitimação, portanto, representam o grau de autonomia ainda pouco estável com que se encontrava a sociologia como um conhecimento especializado sobre o mundo social, nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

⁷ No primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954, Fernando de Azevedo ressalta que a disciplina ainda precisava amadurecer em relação a teoria e as técnicas de pesquisa, o que poderia gerar uma deturpação do seu sentido no ensino secundária, sendo portanto, mais seguro destinar o ensino dessa disciplina para as Escolas Superiores (AZEVEDO, 2003 [1954]).

Nesse sentido, é possível observar no decorrer do manual uma luta pelo monopólio do discurso legítimo sobre o mundo social. A definição da palavra "ciência" e seu significado retrata essa questão quando Francisca Peeters discorda da vertente positivista, que considera a "ciência" um campo de conhecimento exclusivamente baseado na observação e na experimentação, excluindo assim, toda a metafísica que tem por objetivo o mundo espiritual. "A ciência da natureza é por essência impessoal, neutra, independente dos valores morais. A ciência do espírito, pelo contrário, é pessoal, humana, é ciência dos valores morais" (PEETERS, 1938, p. 21). Peeters faz uma crítica aos positivistas ao afirmar que a sociologia não é tão exata e positiva, mas sim responde às demandas da moral. "Os métodos que empregamos não são apenas das ciências naturais, e sim, tanto os indutivos como os dedutivos empregados nas ciências morais. O fim que visamos é um fim prático, é o progresso social, e não apenas um fim doutrinário, como é o caso das ciências naturais em si mesmas" (Idem, p. 22).

O que podemos observar em relação a definição da sociologia, é que existe uma divisão entre os autores católicos, dos demais pensadores sociais. De maneira geral, é possível caracterizar a sociologia católica de Francisca Peeters como uma sociologia que detinha uma verdade baseada na ideia de uma lei natural que regia as instituições e a moral humana, e que se confrontava constantemente com as transformações no nível econômico, político e cultural. A busca pelas explicações fora da concepção católica da vida social, significava ignorar a existência do plano divino, sobrenatural e natural da vida social. Mas e o que fazer com todas as outras teorias que visavam explicar o mundo fora do viés social católico? Vejamos, na seção seguinte como a autora responde a essa questão.

b) Teóricos e representantes sociais:

As críticas sobre Marx e Durkheim podem ser encontradas ao longo do manual, onde são abordadas questões referentes à família, ao Estado, ao trabalho e a moral. No entanto, algumas partes são elucidativas da vinculação da autora ao que denomina de Escola histórico-cultural. Mais especificamente é possível evidenciar isso em dois momentos: no final da quarta e da quinta parte do livro, destinadas a abordar, respectivamente, a sociologia econômica e, a religião, arte e ciência do ponto de vista sociológico.

Assim, no apêndice da quarta parte, denominado "Influências das transformações

econômicas sobre as instituições, os costumes e as ideias" (PEETERS, 1938, p. 130), Marx e Durkheim são criticados. O primeiro porque considera o econômico como fator preponderante sobre o social, do qual Peeters compreende que:

Sempre haverá no mundo um fermento de elevação moral que reagirá poderosamente contra a corrente materializante. Nossa fé cristã é por essência conquistadora, e suas conquistas nada têm que ver com o maquinismo e a matéria. Em certos países de tradições católicas, a ação social da religião se manifesta dum modo que assombra neste século XX. Haja vista o que se passa quando sob a orientação de homens de fé se operam grandes concentrações da juventude católica, ou congressos internacionais eucarísticos (PEETERS, 1938, p. 130).

Sobre Durkheim, aponta para a divisão do trabalho e discute que a solidariedade da sociedade moderna está mais voltada para os princípios estabelecidos pelo cristianismo, do que para aqueles da ordem do social.

O sociólogo francês que explica o passado pela alma coletiva feita de tradições, de crenças religiosas, de sentimentos comuns, quer que na sociedade moderna as funções diversas dos membros da sociedade criem laços sociais. Já sabemos pela doutrina católica do Corpo místico de Cristo que nesta "comunhão dos santos" os membros de Cristo se consideram como solidários uns dos outros, e são chamados a desempenhar as funções diferentes que realizarão a harmonia do corpo inteiro. Esta solidariedade sobre princípios sobrenaturais e de essência puramente espiritual, mas querer como Durkheim estabelecê-la sobre a divisão material do trabalho, ver nesta divisão a "base da ordem moral" é confessar a indigência duma moral que se pretende edificar sobre alicerces chatos. Não será nunca esta divisão do trabalho que substituirá os fundamentos providenciais, nem a caridade cristã. Só o Código proclamado por Jesus Cristo é que se poderá reconstruir o edifício social (PEETERS, 1938, p. 131).

Já na quinta parte, faz uma defesa da importância da Igreja Católica e do Cristianismo para a organização social. Partindo da pergunta "o que é religião?" Peeters (1938, p. 186) chega na discussão sociológica da religião para Durkheim e seus discípulos, dos quais cita René Hubert e Gleyse (Idem, p. 188). Para a autora, Durkheim e sua escola positivista estavam errados, visto que a religião não é apenas a "consciência coletiva", que inicia-se a partir de estruturas mais simples como o totem ou o politeísmo. Em suas palavras:

Parece estranho que uma escola que se gaba de positivista, realista, inimiga de tudo quanto é metafísica e probabilidades, afirme com tanta afoiteza uma tese baseada sobre o exame superficial duma só tribo da Austrália, e a sustente com argumentos inteiramente imaginativos. Mesmo que os fatos sejam reais e provados, a sua explicação é confusa e hipotética (PEETERS, 1938, p. 189).

Assim, baseado em outros autores como o Monsenhor Le Roy, no Padre Schmidt e no próprio Darwin, instiga os leitores a pensarem que a religião concentrada ao redor de um "ser supremo" é tão antiga quanto os totens investigados por Durkheim. Assim, ao

abordar a evolução das religiões, a autora salienta que "a religião não é criação da sociedade e da consciência coletiva; mas não é menos certo que encontra na coletividade o seu sustento e seu estímulo. O sistema da escola histórico-cultural baseia-se em provas sólidas. É a mais objetiva de todas as teorias sobre a origem das religiões" (PEETERS, 1938, p. 195).

A escola histórico-cultural é utilizada para justificar a existência de uma "lei natural" que, atravessada pela moral católica estaria na base da consciência humana, que organizaria a vida social, tendo por base e fim o plano sobrenatural. As Encíclicas "*Rerum Novarum*" e "*Quadragesimo Anno*" de Leão XIII e Pio XI são amplamente citadas no decorrer do manual, pois tratam-se de documentos eclesiais que dão base para a autora explicar as transformações malélicas das mudanças nos planos econômico e político, que trouxeram graves mudanças para a ordem católica estabelecida. Além desses representantes sociais, os autores mais citados são São Tomás de Aquino, Le Play, Padre Leonel Franca e Tristão de Athayde, este último, com relativa frequência, principalmente seu livro "*Preparação à Sociologia*" escrito em 1931.

c) Principais preocupações:

Além de criticar e refutar todas as teorias que não se encaixam na explicação católica sobre o mundo social, o manual também aborda quatro categorias principais: a família, o trabalho, o Estado e a religião. Além de definir cada um deles, como entidades naturais criadas em benefício do desenvolvimento do homem na terra, a autora também aponta as principais questões que estariam afetando seu funcionamento no mundo moderno.

Sobre a família, destaca como preocupações o divórcio e o feminismo integral, que pregariam a igualdade de condições da mulher no mercado de trabalho e na política, retirando-lhe do lugar natural de cuidado do lar e da prole na ordem social cristã. Para Peeters (1938, p. 36) a família é definida como "a sociedade conjugal, formada pelos esposos, e a sociedade parental, formada pelos pais e os filhos". Também caracteriza o matrimônio como "um contrato bilateral pelo qual um homem e uma mulher se dão um ao outro para fundar uma família" (Idem, 1938, p. 42). Ainda reclama que o termo "contrato" deveria ser substituído por "instituição" que é mais sólida e lembraria as responsabilidades inerentes ao matrimônio. Também é importante perceber que a autora

cita a Encíclica *Casti Connubii*, na qual enumera os bens do matrimônio, a fé conjugal, os filhos e o sacramento (Idem, 1938, p. 43).

Ainda são mencionados os ataques modernos contra o matrimônio cristão, assim como o divórcio, temática elencada a partir de Leonel Franca e de sua obra sobre essa questão. Para a autora, "o divórcio é uma ideia dissolvente. Os fatos e as estatísticas que se podem consultar o provam com toda a evidência" (PEETERS, 1938, p. 47). Peeters ainda destaca, baseada na Encíclica *Casti Connubii*, as dificuldades da família em relação ao matrimônio, dada a difusão dos discursos sobre os processos anti-concepcionalistas, o aborto voluntário, o infanticídio e a negação do dever primordial decorrente do casamento, das quais "hoje em dia fala-se abertamente e sem pejo de tão graves violações da lei natural" (Idem, 1938, p. 50).

Por último, aborda os "Remédios a estes males" no qual descreve uma perspectiva harmônica entre as classes e entre as funções conjugais, incumbindo à mulher o papel de principal responsável pelo sucesso do matrimônio. Cabe destacar que a mulher, na ordem social católica não deveria trabalhar fora do lar, sendo um tremendo desequilíbrio, pois resultaria no abandono da educação dos filhos, uma vez que a função do matrimônio era a reprodução da prole.

Se há tantos atrativos fora do lar, o único meio de impedir que se vá buscá-los excessivamente, é a alegria entretida dentro da casa. A maior parte deste papel incumbe a mulher. A felicidade íntima da família é feita de mil coisas imperceptíveis, comezinhas e prosaicas: boa alimentação, flores nos vasos, sorriso acolhedor, asseio e prontidão nos serviços, etc. Nos meios abastados, a cultura das artes: música, pintura, canto, etc. Nos lares pobres, o trabalho em comum e cantando, o bom humor e ao menos o luxo da limpeza (PEETERS, 1938, p. 51).

Sobre o feminismo, destaca que o Cristianismo foi benevolente com as mulheres, pois "seria cegueira imperdoável desconhecer o que a mulher deve ao Cristianismo. [...] Cristo protegeu a mulher contra os abusos. Ele lembrou solenemente a palavra do Criador: Serão dois numa mesma carne; daí a igualdade de natureza" (PEETERS, 1938, p. 54). Destaca ainda que o feminismo vai do grau moderado e legítimo até as extravagâncias mais exageradas. No que chama de "Feminismo integral" destaca o seguinte:

Este feminismo é de todo condenável. Apregoa a igualdade absoluta dos dois sexos e nega a subordinação harmoniosa da mulher ao marido. Nem laço matrimonial, nem sujeição materna; independência na ordem econômica, política, social. Vai até o absurdo desconhecimento das diferenças físicas, intelectuais e psicológicas dos dois sexos. Além de serem a manifestação dum espírito falso e quimérico, esta pretensão é sumamente anti-social. Arruinaria, se vingasse, a

família e faria voltar à sociedade às horas mais sombrias do paganismo. A mulher feminista integral, com efeito, não tem lema diferente do anarquismo: "Viver a sua vida", desenvolver o seu "eu", a custa dos deveres conjugais e maternos, se for preciso (PEETERS, 1938, p. 55).

O que se procura ressaltar nesta parte do manual é que não seria natural a mulher trabalhar fora de casa, pois isso traria prejuízos e desgraça para a família, alteraria a "ordem natural" e a função dessa instituição como meio para o homem alcançar sua finalidade. Assim, a mulher também estaria privada da vida política, uma vez que "é cedo para se avaliar a administração pública das mulheres. Mas o lado negativo, i. é, a perda que faz o lar, a criança, o adolescente, o marido, pela intromissão da rainha em um mundo que não é o seu [...]" (PEETERS, 1938, p. 58).

Sobre o trabalho, destaca a influência do meio sobre a produção e do quadro social da produção, no qual salienta o papel da família, dos sindicatos, das cooperativas, e da organização preconizada pelos católicos. Dentre as principais questões sobre o trabalho destacam-se: o direito natural da propriedade privada, a harmonia entre as classes na manutenção da ordem social e a caridade como uma lei natural.

Peeters discute a noção histórica do capitalismo, ressaltando a concentração de riqueza nas mãos de poucos banqueiros e nas reações violentas dos comunistas e da extrema direita, mas que essa situação se solucionaria caso fosse desenvolvida uma ordem econômica-social de tendências mais modernas, sobretudo "se os católicos souberem obedecer às sábias e luminosas diretivas que são contidas nas duas Encíclicas Rerum Novarum de Leão XIII e Quadragesimo Anno de Pio XI" (PEETERS, 1938, p. 98).

A autora entende que quanto mais desenvolvida é a sociedade, maior importância adquirirá o direito da propriedade privada, sendo que a reconhece como um direito natural que garante a segurança pública e a liberdade individual (PEETERS, 1938, p. 105). "Os papas, especialmente Leão XIII e Pio XI têm sempre reivindicado o direito de possuir para todos os homens, apontando a propriedade privada como uma condição indispensável da paz social."

A partir disso, discute o "comunismo adversário da propriedade privada", o qual apresenta as doutrinas de Marx e Lassalle sobre o comunismo e o sindicalismo revolucionário, refutando tais pensadores. Para Peeters, as ideias filosóficas e as transformações sociais desde uma perspectiva histórica não tiveram como eixo o fator econômico, citando, por exemplo, o Cristianismo, as invasões árabes, a Renascença, o Protestantismo, a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918 (PEETERS, 1938, p. 109).

O Estado é outra questão discutida no manual, presente na seção denominada "Sociologia Política" na qual são tratadas as sociedades políticas, o Estado e a autoridade, a evolução histórica da função do Estado e as suas tendências atuais, as classes sociais, o indivíduo perante o Estado, as formas de governo e às relações internacionais (PEETERS, 1938, p. 132).

Em relação ao conceito de autoridade, a autora salienta que "na nação, o Estado representa a autoridade. A autoridade é o elemento unificador, que numa sociedade qualquer faz convergir todos os esforços individuais para um bem comum" (PEETERS, 1938, p. 141). Sobre as origens da autoridade, Hobbes e Rousseau são abordados como os representantes de dois pontos de vista. Por um lado, Hobbes e o homem egoísta, o qual deve abolir sua autoridade individual em troca de sua segurança, a figura da monarquia é relevante para compreender isso. Por outro, Rousseau para qual o homem é bom por natureza, mas a sociedade tende a corrompê-lo. Assim, por meio do contrato social, o homem lança mão de sua liberdade individual em troca do contrato, que garantirá o exercício dos seus direitos e das suas liberdades.

Contrária às teses de Hobbes e Rousseau sobre a origem do poder, Peeters salienta que:

A sociedade sendo instituição natural, e por conseguinte a um tempo divina e humana, Deus quer a autoridade sem a qual a própria sociedade não poderia existir. Logicamente, pois, a obediência é intimamente ligada à existência social. Mas Deus não intervém diretamente para determinar a forma do poder. Pertence aos homens escolhê-las segundo as circunstâncias. Qualquer forma de governo é legítima quando se adapta bem ao fim que se deve prosseguir (PEETERS, 1938, p. 143).

É interessante perceber a postura da autora em relação às formas de governo, visto que não cabia a Deus e a Igreja estabelecê-las, mas sim aos homens. Obviamente que essa questão é relativa à possibilidade de manutenção da Igreja como agente social responsável pela organização espiritual, dentro das formas de poder e governo escolhidas.

Os deveres do Estado também são tratados nesta parte, na qual dois se destacam: "proteger os direitos dos indivíduos e dos grupos e garantir a segurança no interior e no exterior"; bem como auxiliar os indivíduos e grupos em questões do bem comum, com exceção para certos domínios como o educacional, no qual a autora salienta que "o ideal seria na hierarquização, na harmonização, no controle da gestão, tendo-se em vista o bem comum". As intervenções do Estado deveriam limitar-se ao necessário, deixando, por exemplo, a organização da beneficência, do ensino e de outras funções a corpos

legalmente constituídos, que desempenhariam estes serviços com mais perícia e menos favoritismo (PEETERS, 1938, p. 146).

Outra questão tratada no manual é a laicização, da qual Peeters defende a proteção do Estado para com a religião católica, afirmando sua importância não só como instituição responsável pelo poder espiritual, mas também como agente integrador do campo cultural. Assim, critica a constituição de 1891, afirmando sua vinculação com o positivismo o qual considera uma seita da Maçonaria (PEETERS, 1938, p. 150). Não se trata apenas de um ponto de vista católico sobre a questão, mas uma defesa dos interesses da Igreja no campo político brasileiro. Defender o direito da Igreja de estar entre a cultura institucionalizada é uma estratégia eficiente de incrustar seus interesses no campo educacional através dos programas curriculares e, conseqüentemente, dos manuais escolares. Nesse sentido, não é por acaso que há elogios a Constituição de 1934, o qual a autora ressalta que:

Em boa hora veio a Constituição trilhando melhor caminho que a de 1891. Pouco a pouco o Brasil vem compreendendo que a base da ordem social é a religião. As liberdades mais amplas dadas para a educação católica e para o exercício dos direitos da Igreja sobre a constituição da família, permitem esperar uma colaboração leal e discreta entre os dois poderes (PEETERS, 1938, p. 152).

De fato, na segunda Constituição brasileira, a Igreja alcançou um maior espaço no campo educacional, visto as estratégias de aproximação da elite intelectual com a política. Cury (1978) ressalta que na Assembleia Nacional Constituinte de 1933, o grupo católico representava as demandas do programa da Liga Eleitoral Católica, o qual garantiu o ensino religioso nas escolas públicas e privadas e a liberdade de ensino, o que, em termos práticos, representou a continuidade da atuação da Igreja no campo educacional.

Por fim, a autora reafirma a religião como instituição natural da vida social, tecendo críticas à perspectiva positivista, com especial atenção para a escola de Durkheim. Afirma, portanto, que "há uma religião verdadeira e muitas falsas" (PEETERS, 1938, p. 196), criticando Durkheim para quem a moral estaria ligada à consciência coletiva, visto que a autora ressalta que a moral e a religião são tão próximas e possuem uma aliança desde muito tempo.

Não deixa de surpreender esta afirmação vinda de homens que declaram como axioma que é moral tudo quanto serve para a coesão no grupo e é praticado pela generalidade do mesmo grupo social. Porque então, uma religião que reflete o sentir da consciência coletiva e que essa mesma consciência coletiva julga necessário à estrutura da sociedade que a criou, seria imoral? (PEETERS, 1938, p. 196).



A religião católica nos oferece uma moral duma pureza admirável e sublime. E os que a praticam integralmente dão ao mundo o espetáculo da honestidade e da maior elevação moral que se pode encontrar nesta terra. Infelizmente, serão sempre poucos os que aceitam totalmente a doutrina que nos vem de Cristo. Mesmo assim, que espetáculo reconfortador nos oferece a sociedade católica se a compararmos com a antiga, mesmo nos centros mais civilizados da Grécia e de Roma! (PEETERS, 1938, p. 197).

Defende também a atualidade da religião, contrapondo Durkheim quando destaca que: "para os sociólogos, a religião já é forma arcaica da vida social. Agora, entre os povos de cultura adiantada tudo está laicizado. [...]" (Idem, p. 197). Nesse sentido, aborda que o esteio de todas as sociedades é a subordinação ao fim sobrenatural do qual o catolicismo tem papel fundamental (PEETERS, 1938, p. 198).

d) Prescrições sociais:

O projeto civilizacional proposto pelo manual encontra-se na parte destinada a discutir a sociologia educacional e apresenta-se incondicionalmente transpassada pela sociabilidade dos preceitos católicos sobre a vida social. A luta contra as correntes liberais e comunistas, que pregavam a liberdade individual e a comunhão social, coloca em risco as instituições tradicionais como a Igreja e o Estado, representando graves ameaças para a ordem católica, por isso eram consideradas como as principais inimigas da Igreja e da sociologia católica.

Por outro lado, a doutrina social católica, apoiada nas Encíclicas, nos ensinamentos bíblicos e nos autores católicos, explicita seu projeto civilizacional, que para se reconstituir deveria passar pela pedagogia católica. Conforme as passagens que seguem, percebe-se que a solução para os problemas contemporâneos seria a instauração de uma educação cristã, liderada pela Igreja católica no campo educacional.

É o mestre por excelência, o único que poderá restaurar o mundo, não somente a vida sobrenatural, mas também o valor da razão e da ciência (PEETERS, 1938, p. 215).

O catolicismo põe no centro da sua pedagogia a criança, cuja alma vem de Deus, e deve ir a Deus. Imagem de Deus, a criança merece o respeito; revestida da graça, e esperança da humanidade, ela já possui toda a dignidade que Deus conferiu à natureza humana: todas as autoridades divinas e humanas devem trabalhar para ela (Idem, 1938, p. 215).

Só voltando aos princípios integrais da educação fundamentalmente cristã é que a sociedade achará de novo o equilíbrio e a paz (Idem, 1938, p. 219).



No entanto, essa educação cristã deveria estar atenta às "leis e instituições naturais", o que corresponderia às demandas de uma sociedade organizada ao redor da propriedade privada, da família, do Estado e da Igreja. O reconhecimento dessa "ordem natural" traria uma harmonia entre as classes sociais, invalidando as demandas socialistas e comunistas de igualdade entre as classes, assim como, tornaria legítimo o poder da Igreja enquanto representante da ordem divina.

Na continuidade do manual, Peeters discute as diretrizes da educação brasileira, advogando que os filhos da classe abastada deveriam frequentar as escolas voltadas ao desenvolvimento intelectual, enquanto os filhos da classe pobre, as escolas profissionais. A família, portanto, seria a responsável pelo envio de seus filhos para as escolas católicas, que teriam a verdadeira intenção de educar conforme os preceitos cristãos. A coeducação também é uma questão criticada pela autora, pois não favoreceria o desenvolvimento do "tipo psicológico do homem, nem tampouco o da mulher" (PEETERS, 1938, p. 247). Salienta ainda, que o ensino não deveria ser gratuito, pois os ricos deveriam pagar a educação de seus filhos evitando aumentar os impostos para todos os usuários do sistema. Cabe destacar que as propostas de um ensino laico, público, gratuito e a coeducação são questões levantadas pela campanha dos Pioneiros no Manifesto de 1932, sendo assim diretamente criticadas pela autora.

Por último, o manual faz alusão a um passado histórico da Idade Média, em que a ordem e a harmonia se faziam presentes. Meucci (2017, p. 50) destaca que essa valorização ocorre tendo em vista que naquele período "o cristianismo reinventa e aperfeiçoa uma unidade religiosa original, corrigindo os efeitos da decadência de Roma". Nesse sentido, o período em que a autora escreve o manual, é também marcado por um ciclo de desordem e caos, o qual o caminho correto a ser seguido era o progresso social, baseado no respeito às "instituições e leis naturais" estabelecidas por Deus e gerenciadas pela Igreja na terra. Portanto, podemos afirmar que o projeto civilizacional presente no manual é o de uma sociedade cristã, organizado ao redor da família patriarcal, das classes sociais funcionando em harmonia, da propriedade privada como um direito divino e natural, da Igreja como única e verdadeira instituição capaz de guiar a sociedade para seu fim social e pelo Estado garantidor e mantenedor desses direitos e deveres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou analisar o manual "Noções de Sociologia" de Francisca Peeters, escrito na década de 1930 para atender a demanda educacional imposta pela presença da sociologia no curso normal de formação de professores. Evidenciamos que as premissas da sociologia católica estavam de acordo com o projeto normativo da Igreja de recristianização da sociedade, e de busca pelo espaço de legitimação de suas ideias, junto ao campo educacional. Nesse sentido, pensamos que essa concepção de sociologia pode ter ganho um relativo espaço, tendo em vista que a Igreja possuía uma parcela considerável de instituições escolares no país e que tais manuais estavam presentes nessas instituições, mobilizando um conjunto de intelectuais na escrita e divulgação dessa concepção de sociologia (DAROS, PEREIRA, 2015; CIGALES, 2014).

É de destacar que o alcance da sociologia católica nas instituições superiores de ensino deve ser relativizado, tendo em vista a institucionalização do projeto paulista das ciências sociais com a formação da USP a partir dos anos 1930 e, conseqüentemente, da formação de um determinado *habitus* científico concatenado com as demandas de autores pertencentes à uma sociologia, a qual Peeters refuta ao longo do seu manual. Por outro lado, também destacamos que a sociologia católica no Brasil foi possível dada à fraca autonomia do campo educacional (instituições secundárias e normais mantidas pela Igreja) que naquele momento, não era capaz de refratar as imposições do campo religioso, fazendo com que o sentido da sociologia fosse atrelado às demandas de uma moral católica para a formação das gerações em processo de escolarização e formação pedagógica no país.

Além disso, reconhecemos que a sociologia católica fez parte de um projeto transnacional de reestruturação da Igreja no mundo ocidental e, portanto, não se constituiu como uma especificidade brasileira. Em outros países como Espanha, Estados Unidos da América, França, Argentina e Portugal também houve a divulgação de livros contendo os princípios da sociologia católica, também conhecida como a "Questão Social", que tratava do pronunciamento dos Papas (Leão XIII e Pio XI) sobre as transformações no mundo do trabalho, da política e da cultura.

No caso brasileiro, podemos pensar os manuais da sociologia católica como sínteses pedagógicas elaboradas para atender a demanda do ensino de sociologia nas instituições de ensino católicas, já que a sociologia era uma disciplina obrigatória,

instituída pelas reformas e decretos educacionais. Por fim, merece destaque que essa concepção de sociologia buscava concorrer no âmbito social e acadêmico com outros projetos de sociedade, tais como o liberalista e o socialista, agindo numa configuração explicativa, combativa e prescritiva, baseando suas ideias num projeto católico de sociedade.

Assim, as instituições como a família, a Igreja e o Estado são trazidas no decorrer do texto, salientando seu aspecto sagrado, natural e ordenado pelo divino. Diferente dos positivistas e evolucionistas, a sociologia católica possuía o entendimento das leis naturais, que se respeitadas pelo conjunto das instituições, traria fim aos problemas sociais. Tais "leis e instituições naturais" são respaldadas pelos pensadores católicos e pela vertente da escola histórico-cultural que partia das experiências do passado para confirmar a ordem natural da família, do matrimônio e da harmonia entre os grupos sociais, naturalizando uma determinada concepção de sociedade com direitos e deveres orquestrados pela ordem social estabelecida pela Igreja. Tal ordenamento não poderia ser questionado pois alteraria os rumos da sociedade pela busca do sagrado, e pela finalidade sobrenatural dos indivíduos.

Por fim, esperamos que este trabalho tenha contribuído para uma história das Ciências Sociais no Brasil, em que os manuais escolares sejam protagonistas, uma vez reconhecidos como documentos heurísticos, capazes de revelar diferentes projetos de sociedade e discursos históricos e políticos sobre o ordenamento do mundo social. Longe de esgotar as possibilidades de análise, o que se buscou foi destacar a possibilidade de impulsionar uma agenda de pesquisa ao redor da manualística escolar, já que dezenas de manuais de sociologia foram e são produzidos no Brasil. Almejamos portanto, que outras análises sejam possíveis a partir do conjunto desses documentos, com vistas a compreendermos os caminhos históricos, as contribuições e contradições da sociologia como campo científico e educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos 1870-1908**. Tese (doutorado). 318p. Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2005.



ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultura brasileiro (Rio de Janeiro: 1922-1948)**. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2014.

AZEVEDO, Fernando de. O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil: problemas e orientações. In: BARREIRA, César (Org.). **A sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia**. São Paulo: Cortez Editora, 2003 [1954], p. 32-48.

BORGES, Dinorah Gondin. **Irmãs de Santo André: intuições brasileiras**. Confraria de textos, gráfica Edelbra. Jaboticabal, SP, 2014, p. 42-43.

BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo. **O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas (1890-1900)**. 2019, Mimeo.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo: Papirus; 1996.

BOURDIEU, Pierre; Wacquant, L. **Réponses, pour une anthropologie réflexive**. Paris: Ed. du Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo. UNESP, 2004.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica**. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CIGALES, Marcelo; MAHAMUD, Kira. Avances teóricos y metodológicos en manualística: entrevista con Kira Mahamud Angulo. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 18, 2018, p. 1-10. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e017>.

CIGALES, Marcelo. “A procura de Cristo”: configurações históricas da sociologia católica no Brasil. **Anais GD 01 História do Ensino de Ciências Sociais do III Encontro Nacional da ABECS**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2018a.

CIGALES, Marcelo. A sociologia do manual escolar: aspectos metodológicos. **Anais**, Panel Avances metodológicos en la investigación histórico-educativa, XIII Congreso Iberoamericano Historia de la Educación Latinoamericana (CIHELA). Montevideo, p. 1-13, 2018.

CIGALES, Marcelo; ENGERROFF, Ana Martina. Uma cartografia do capital social dos pioneiros da sociologia no Brasil: estudo sobre os manuais escolares. In: MAÇAIRA, Julia; FRAGA, Alexandre (Orgs.). **Saberes e práticas do ensino de sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 103-134.

CIGALES, Marcelo. **A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares**. 243f. Tese de doutorado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 2019.

CAMPOS, Fernando Roberto. **A sociologia da educação nos cursos de formação de professores nas décadas de 1930 e 1950: um estudo da disciplina a partir dos manuais didáticos**". Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O ensino de sociologia na escola secundária**. Tese de livre docência - Universidade do Brasil: Rio de Janeiro, 1947. [Disponível na Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro].

DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. **Revista brasileira de história da educação**. Maringá-Paraná. v. 15. n. 1. p. 235-267, 2015.

ENGERROFF, Ana; CIGALES, Marcelo. A constituição da sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais. **Revista Urutágua**, Maringá (UEM), n. 35, p. 80-101, 2016.

ESCOLANO, Agustín. El libro escolar y la cultura de la educación. La manualística, un campo en construcción. In: Escolano, A. & Hernández, J. (Orgs.). **Currículum editado y sociedad del conocimiento**: texto, multimedialidad y cultura de la escuela, Valencia: Tirant lo Blanch, 13-34, 2006.

FERNANDES, Florestan. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. In: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980 [1954], p. 105-120.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 158 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

MEUCCI, Simone. O catecismo sociológico de Francisca Peeters. In: TRINDADE, Alexandro Dantas; COSTA, Hilton; MEUCCI, Simone (Orgs.). **À margem dos cânones II: pensamento social e interpretações do Brasil**. Curitiba: editora UFPR, 2017, p. 27-52.

MICELI, Sergio. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume I. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

MICELI, Sergio. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume II. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NISBET, Robert. **La formación del pensamiento sociológico**. Amorrortu editores: Buenos Aires, 1969.

PEETERS, Francisca. **Noções de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

SALEM, Tânia. Do centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPQ, 1982. p. 97-134)

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945):** uma proposta de espírito católico e corpo secular. Curitiba: editora CRV, 2015.

OSSENBACH, Gabriela. La investigación sobre los manuales escolares en América Latina: la contribución del proyecto manes. **Historia de la Educación** (Salamanca), nº 19, p. 195-203, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório – educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.



NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A sociologia católica de Francisca Peeters na constituição do campo educacional brasileiro na década de 1930.

Marcelo Pinheiro Cigales

Doutor em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, Brasil

marcelo.cigales@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-4320-5941>

Endereço de correspondência do principal autor

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Bolsista CAPES

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de novembro de 2018

Aprovado em: 08 de abril de 2019

